

RANKING DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS

O Ranking de Eficiência dos Estados–Folha (REE-F), elaborado pelo Instituto Datafolha, tem o objetivo de quantificar o cumprimento de funções básicas dos entes da Federação, previstas em lei, segundo seus recursos financeiros, em suma, quais estados entregam mais educação, saúde, infraestrutura e segurança a população utilizando o menor volume de recursos financeiros. O indicador é composto pelos itens: educação, saúde, infraestrutura, segurança, finanças e receita per capita. O ranking é obtido a partir do desempenho de seus respectivos indicadores, a seguir destacados:

- 1. Educação:** Taxa de jovens matriculados, índice de evasão do ensino médio, proporção de ingressantes no ensino superior estadual, percentual de crianças de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental e as notas médias dos alunos no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).
- 2. Saúde:** Taxa de mortalidade infantil, número de médicos por habitante, cobertura de atenção básica e número de leitos do SUS geridos pelo estado.
- 3. Infraestrutura:** Percentual da população que recebe água e tratamento de esgoto. No potencial logístico, foram levanta das as taxas de aprovação técnica (percentuais de ótimo e bom) das estradas por unidade federativa, segundo relatório de 2017 da CNT (Confederação Nacional dos Transportes).
- 4. Segurança Pública:** Taxas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes e índices consolidados ao longo da vida de entrevistados em 13 tipos de ofensas criminosas levantadas na Pesquisa Nacional de Vitimização, dentre elas, agres são física e sexual, roubo e furto de objetos, roubo de carros e motocicletas e também sequestros.
- 5. Finanças:** Soma das dívidas fundada e flutuante do Relatório Estoque Final do Tesouro Nacional, gastos com ativos e inativos sobre receita total de 2017.

Para o cálculo final do REE-F, todos os componentes (educação, saúde, infraestrutura, segurança, finanças e receita per capita) recebem um escore de 0 a 1 para o processo de ranqueamento, em método semelhante ao adotado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU. Calcula-se então uma média ponderada desses itens, com saúde e educação valendo o dobro, já que até 2017 os setores possuíam pisos obrigatórios de investimento segundo regras constitucionais. Para se chegar ao índice de eficiência do estado, o produto é dividido pelo escore da receita per capita de 2017 na Unidade da Federação correspondente. Quando o resultado for igual ou maior do que 0,5, isto é, eficácia superior ao potencial da receita, o estado é considerado eficiente.

Foi considerado também a atividade econômica dos estados, a composição do PIB, a arrecadação de impostos, o IDH, além da agricultura, a administração pública e os repasses da União.



RANKING DE EFICIÊNCIA DOS ESTADOS- 2017

Posição	Estado	REE-F	Educação	Saúde	Infraestrutura	Segurança	Finanças	Receita per capita
1º	Santa Catarina	0,635	0,67	0,645	0,501	0,915	0,493	0,253
2º	São Paulo	0,574	0,837	0,509	1	0,85	0,835	0,577
3º	Paraná	0,533	0,752	0,522	0,732	0,816	0,711	0,521
4º	Pernambuco	0,517	0,583	0,48	0,5	0,394	0,843	0,223
4º	Espírito Santo	0,517	0,569	0,499	0,57	0,612	0,694	0,277
6º	Paraíba	0,498	0,305	0,495	0,557	0,679	0,36	0,005
7º	Minas Gerais	0,493	0,616	0,53	0,638	0,792	0,611	0,468
8º	Piauí	0,482	0,397	0,41	0,372	0,878	0,594	0,118
9º	Ceará	0,48	0,438	0,409	0,391	0,38	0,852	0,073
10º	Rio de Janeiro	0,456	0,609	0,491	0,783	0,558	0,06	0,268
11º	Goiás	0,445	0,575	0,346	0,611	0,631	0,514	0,236
12º	Rio Grande do Sul	0,427	0,545	0,553	0,532	0,777	0,695	0,653
13º	Mato Grosso do Sul	0,405	0,685	0,367	0,591	0,828	0,596	0,616
14º	Maranhão	0,386	0,283	0,303	0,207	0,736	0,622	0
14º	Tocantins	0,386	0,426	0,625	0,426	0,705	0,679	0,735
16º	Bahia	0,362	0,189	0,323	0,499	0,554	0,795	0,106
17º	Mato Grosso	0,353	0,684	0,326	0,463	0,701	0,541	0,637
18º	Rondônia	0,35	0,398	0,362	0,232	0,848	0,454	0,317
19º	Amazonas	0,344	0,493	0,243	0,197	0,692	0,721	0,291
20º	Alagoas	0,305	0,134	0,308	0,522	0,523	0,701	0,146
21º	Sergipe	0,302	0,147	0,414	0,465	0,567	0,512	0,265
22º	Roraima	0,267	0,455	0,427	0,464	0,615	0,572	1
23º	Rio Grande do Norte	0,259	0,263	0,337	0,504	0,175	0,332	0,11
24º	Acre	0,202	0,414	0,392	0,106	0,365	0,576	0,988
25º	Pará	0,187	0,245	0,158	0,059	0,304	0,691	0,061
26º	Amapá	0,097	0,317	0,187	0,008	0,123	0,481	0,726

1º a 4º: Eficientes

6º a 11º: Alguma Eficiência

12º a 19º: Pouca Eficiência

20º a 26º: Ineficiente

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

O Ranking de Competitividade dos Estados é elaborado no Brasil pelas seguintes entidades: Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), Economist intelligence Unit (divisão de pesquisa e análises da revista The Economist) e Tendências Consultoria Integrada.

O ranking visa classificar os Estados em função da respectiva maior ou menor competitividade. Da mesma forma, busca destacar indicadores de desempenho a serem melhorados na administração dos Estados.

Ele é obtido através da média ponderada de dez indicadores componentes, com percentuais específicos de participação, a seguir mencionados.

- 1. Capital humano:** (Participação de 8,2% no total) Custo da mão de obra; população economicamente ativa com ensino superior, produtividade do trabalho e qualificação dos trabalhadores.
- 2. Educação:** (Participação de 11,4% no total) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB); taxa de frequência do ensino médio e fundamental e taxa de atendimento do ensino infantil.
- 3. Eficiência da máquina pública:** (Participação de 7,8% no total) Eficiência do judiciário, executivo e legislativo; avaliação dos portais de acesso a informações de gastos estaduais e porcentagem de cargos comissionados no total de cargos públicos.
- 4. Infraestrutura:** (Participação de 12,9% no total) Acessibilidade do serviço de telefonia móvel e banda larga; custo de combustíveis; tarifa média do saneamento básico; disponibilidade de voos diretos; acesso à energia elétrica; custo da energia elétrica; qualidade da energia elétrica; mobilidade urbana; qualidade das rodovias e qualidade dos serviços de telecomunicações.
- 5. Inovação:** (Participação de 6,8% no total) Produção acadêmica; investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento e total de concessão de patentes.
- 6. Potencial de mercado:** (Participação de 7,7% no total) Tamanho de mercado; taxa de crescimento e crescimento potencial da força de trabalho para os próximos 10 anos.
- 7. Segurança Pública:** (Participação de 13,3% no total) Atuação do sistema de justiça criminal; relação detentos e vagas; mortes a esclarecer; segurança no trânsito; segurança pessoal; segurança patrimonial; qualidade da informação de criminalidade e presos sem condenação.
- 8. Solidez Fiscal:** (Participação de 12,1% no total) Capacidade de investimento; resultado nominal; solvência fiscal; sucesso da execução orçamentaria; autonomia fiscal e resultado primário. Este item tem participação de 12,1% no total.
- 9. Sustentabilidade Ambiental:** (Participação de 7,7% no total) Emissões de CO₂; serviços urbanos; destinação do lixo e tratamento de esgoto.
- 10. Sustentabilidade Social:** (Participação de 12,3% no total) Segurança alimentar; inadequação de moradia; famílias abaixo da linha da pobreza; desigualdade de renda; acesso ao saneamento básico de água e esgoto; mortes evitáveis; anos potenciais de vidas perdidos; formalidade do mercado de trabalho; proporção de ocupados em relação a população economicamente ativa; Índice de Desenvolvimento Humano; inserção econômica dos jovens; mortalidade materna; mortalidade precoce; proporção de idosos que recebem previdência social e mortalidade infantil.

Apesar de ficar na segunda colocação entre os Estados do Sul, o Paraná apresenta melhores resultados que Santa Catarina em: Infraestrutura, Eficiência da Máquina Pública e Sustentabilidade Ambiental.

Os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do ranking; os estados do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições.

O ranking ajuda a identificar os Estados que são competitivos em determinados setores, sinalizando que as políticas adotadas apresentaram resultados efetivos, assim, outros estados podem adotar políticas similares, mas adaptadas às suas próprias características para desenvolver os setores menos competitivos de suas economias.



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS (2017)

RankGeral	Nota Geral	Estado	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal		Eficiência Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
			Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
1º	89,1	SP	100	1	87,4	3	100	1	100	1	80,2	12	87,1	3	54,3	4	75	4	95,7	2	100	1
2º	76,6	SC	61,3	4	100	1	97,8	2	86	3	80,9	9	77,7	8	53,8	5	65,2	8	51,8	8	65,5	3
3º	73,6	DF	54,8	8	78	6	89,9	3	64,8	7	59,5	22	84,1	5	100	1	100	1	65,9	5	43,8	7
4º	69,8	PR	62,2	3	85,3	4	73,8	7	78,6	4	80,7	10	91,2	2	42,3	8	83,3	3	20,3	19	63,4	4
5º	60,4	RS	43,3	14	90,3	2	72,8	8	64,8	8	50,8	25	100	1	31,9	14	62,9	10	3,7	25	75,1	2
6º	60,1	MG	49,7	10	80,1	5	76,6	6	87,6	2	44,4	26	86,8	4	36,5	11	59,1	13	11,8	21	47,4	6
7º	58	MS	50	9	69	9	3	4	59,4	10	63,8	20	69,9	13	33,3	13	50,9	17	46,7	9	24,7	12
8º	56,3	ES	42,6	16	72,7	8	53,6	15	75	5	83,7	6	81	6	42,7	7	64,5	9	4,5	24	15,5	16
9º	52,7	PB	67,3	2	41,3	14	67,8	9	44,3	15	80,5	11	62,1	18	23,2	19	23,3	16	24,1	18	38,4	8
10º	52,6	GO	32,9	20	66,8	10	46	16	61,2	9	85,1	5	75,3	11	24,8	18	70,6	5	33,9	13	12,6	19
11º	52,3	MT	43,2	15	64,8	11	58	14	56	12	76,7	14	75,6	9	28,9	15	16,7	24	65,1	7	13,5	17
12º	51,2	CE	55,7	7	36,2	16	15,5	25	72,4	6	95,5	2	75,6	10	35,2	12	60,4	11	33,6	14	26,1	11
13º	45,7	RJ	32,4	21	73,3	7	23,8	23	56	11	0	27	65	15	93,9	2	55,1	15	27,3	17	58,6	5
14º	45,3	RO	55,8	6	50	12	78,2	5	44,9	14	71,4	17	48,2	22	0	27	10,3	26	43,2	11	0	27
15º	42,7	TO	30,1	23	49,3	13	58,6	13	51,8	13	60,9	21	0	27	41,8	9	29,8	22	73	4	5,9	24
16º	42,5	AL	48,4	13	22,9	22	40,4	18	27	22	100	1	61,7	19	26,4	17	56,5	14	12,6	20	10	21
17º	40,8	AM	11,2	26	18,7	24	41,5	17	20,9	24	91,6	3	63,6	17	44,2	6	68,3	6	35,8	12	22,9	13
18º	40,7	RR	32,1	22	34	18	8	26	27,7	21	51,4	24	25,5	25	70,5	3	87,5	2	91,3	3	7,4	23
19º	40,6	RN	61,3	5	40,8	15	16,7	24	43,3	17	52	23	58,4	21	38,7	10	50,2	18	10,6	22	28	9
20º	39,6	PE	49,1	12	34,8	17	0	27	41,7	18	83,3	8	70,1	12	27,7	16	60,3	12	0,3	26	26,3	10
21º	37,9	PI	41,9	17	25,4	21	59,8	12	44,1	16	75,4	15	37	24	13,7	22	0	27	31,9	15	13	18
22º	37,7	BA	49,2	11	28,7	20	30,3	21	20,6	25	83,5	7	63,8	16	16,1	20	41,3	19	6,1	23	22,1	14
23º	36,9	PA	12,5	25	15,4	25	35,3	19	17,3	26	87,9	4	81	7	1,4	26	18,8	23	100	1	8,1	22
24º	34,2	AP	38,2	19	5,5	26	60,1	11	0	27	76,7	13	18,9	26	14,3	21	66,5	7	44,8	10	1,8	25
25º	33,5	SE	38,5	18	31,1	19	28	22	29,4	20	66,8	19	65,4	14	10,6	24	33,2	21	0	27	15,6	15
26º	32,6	MA	29,2	24	0	27	64,6	10	21	23	68,2	18	58,8	20	13,7	23	14,1	25	28,8	16	10	20
27º	31,4	AC	0	27	18,9	23	30,6	20	33,9	19	72,1	16	45,4	23	9,9	25	39,4	20	65,4	6	1,2	26

Fonte: <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/> (Consulta em 18/09/2018)

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador usado para avaliar o progresso a longo prazo de um país ou estado ou região em três dimensões básicas do desenvolvimento: 1.) longevidade; 2.) acesso ao conhecimento e 3.) padrão de vida.

A **longevidade** é medida pela expectativa de vida, que considera a probabilidade de morte, número de óbitos ocorridos e número de anos vividos a partir de determinada idade.

O **nível de conhecimento** é medido por anos médios de educação da população adulta; acesso à aprendizagem e conhecimento pelos anos de escolaridade esperados para crianças em idade de entrada na escola;

O **padrão de vida** é medido pela Renda per capita expressa em dólares internacionais usando taxas de conversão de paridade de poder de compra (PPC).

O valor do IDH do Brasil para 2017 é 0,759, ou seja, posicionado em 79.º lugar dos 189 países e territórios. Entre 1990 e 2017, o valor do IDH do Brasil aumentou de 0,611 para 0,759, um aumento de 24,3%. A Tabela abaixo mostra o progresso do Brasil em cada um dos indicadores do IDH. Entre 1990 e 2017, a expectativa de vida no Brasil aumentou 10,4 anos, anos médios de escolaridade aumentaram em 4,0 anos e os anos de escolaridade esperados aumentaram em 3,2 anos. O PIB per capita do Brasil aumentou em cerca de 28,6% entre 1990 e 2017.

IDH do Brasil – Série histórica					
Ano	IDH	Expectativa de vida ao nascer (Anos)	Anos de Escolaridade esperados	Média de anos de estudo	Rendimento Nacional per capita (PPC \$*)
1990	0,611	65,3	12,2	3,8	10.697
1995	0,648	67,6	13,3	4,6	11.097
2000	0,684	70,1	14,3	5,6	11.197
2005	0,700	72	13,8	6,3	12.041
2010	0,727	73,8	14	6,9	14.112
2015	0,757	75,3	15,4	7,6	14.350
2016	0,758	75,5	15,4	7,8	13.730
2017	0,759	75,7	15,4	7,8	13.755

*Expresso em dólares internacionais constantes de 2011 convertidos usando taxas de conversão de Paridade de Poder de Compra (PPC)

Fonte: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BRA> (Consulta em 19/09/2018)

Apesar de estar colocado na categoria de alto desenvolvimento humano, o Brasil ainda está atrás de países do Mercosul como Uruguai e Argentina e também de países da América Latina, como Venezuela, México e Cuba, com menor expectativa de vida ao nascer (75,7 anos), menor média de anos de estudo (7,8 anos) e ainda, menor IDH dentre os países mencionados.

O Brasil encontra-se na 119ª posição de 189 países em relação à média de anos de estudo, atrás de países como Zimbábue (8,1 anos) e Guiana (8,4 anos), que apresentam IDH (0,535 e 0,654 respectivamente) significativamente menor do que o brasileiro. Fato este que evidencia a carência de investimentos e políticas públicas eficientes na área de educação que tem relação direta com o rendimento per capita, uma vez que pessoas mais qualificadas tendem a receber maiores salários, dessa forma, políticas de apoio à educação contribuiriam para um aumento significativo no IDH nacional.

Ranking Geral	País	IDH	Expectativa de vida ao nascer (Anos)	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de estudo	Renda Nacional per capita (PPC \$)
1	Noruega	0,953	82,3	17,9	12,6	68.012
2	Suíça	0,944	83,5	16,2	13,4	57.625
3	Austrália	0,939	83,1	22,9	12,9	43.560
4	Irlanda	0,938	81,6	19,6	12,5	53.754
5	Alemanha	0,936	81,2	17	14,1	46.136
6	Islândia	0,935	82,9	19,3	12,4	45.810
7	Hong Kong	0,933	84,1	16,3	12	58.420
8	Suécia	0,933	82,6	17,6	12,4	47.766
9	Singapura	0,932	83,2	16,2	11,5	82.503
10	Países Baixos (Holanda)	0,931	82	18	12,2	47.900

44	Chile	0,843	79,7	16,4	10,3	21.910
47	Argentina	0,825	76,7	17,4	9,9	18.461
55	Uruguai	0,804	77,6	15,9	8,7	19.930
73	Cuba	0,777	79,9	14	11,8	7.524
74	México	0,774	77,3	14,1	8,6	16.944
78	Venezuela	0,761	74,7	14,3	10,3	10.672
79	Brasil	0,759	75,7	15,4	7,8	13.755
86	Equador	0,752	76,6	14,7	8,7	10.347
89	Peru	0,75	75,2	13,8	9,2	11.789
90	Colômbia	0,747	74,6	14,4	8,3	12.938
110	Paraguai	0,702	73,2	12,7	8,4	8.380
118	Bolívia	0,693	69,5	14	8,9	6.714

Regiões	IDH	Expectativa de vida ao nascer (Anos)	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de estudo	Renda Nacional per capita (PPC \$)
Países Árabes	0,699	71,5	11,9	7	15.837
Leste Asiático e Pacífico	0,733	74,7	13,3	7,9	13.688
Europa e Ásia Central	0,771	73,4	14,1	10,3	15.331
América Latina e Caribe	0,758	75,7	14,4	8,5	13.671
Sul Asiático	0,638	69,3	11,9	6,4	6.473
África Subsaariana	0,537	60,7	10,1	5,6	3.399



REAJUSTE DA TABELA DO FRETE CUSTARÁ R\$ 1 BI AO COMÉRCIO

O reajuste médio de 5,5% na **tabela do frete** anunciado há duas semanas vai custar R\$ 1,09 bilhão ao **comércio** brasileiro até o fim deste ano, segundo a CNC. O efeito deverá ser um achatamento da margem de lucro dos negócios. Considerando que atualmente, setembro de 2018, a atividade econômica apresenta fraco desempenho, os comerciantes não terão como repassar a elevação do custo com transportes aos preços de venda. Esta é a conclusão do chefe da Divisão Econômica da CNC, Fábio Bentes.

Conforme a CNC, a barreira ao repasse do custo adicional poderá trazer como consequências prováveis: **a)** redução da margem de lucro; **b)** menores investimentos; **c)** limitação da contratação de pessoal. Alguns comerciantes poderão até conseguir repassar aos preços o adicional correspondente ao frete, mas outros não conseguirão e daí terão que reduzir a margem. Esse gatilho adicional de custo do comércio levará a efeitos como: comprometimento da recuperação, da abertura de lojas e da geração de vagas de trabalho.

Os gastos com serviços de frete representam 10,5% das despesas anuais do comércio, cabendo destacar que em alguns ramos a logística chega a 20% dos custos totais. As atividades mais penalizadas serão as atacadistas de matérias-primas, de combustíveis e de alimentos.

O atual Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea- governo federal), avalia que diante de uma realidade econômica na qual se verifica uma menor utilização da capacidade produtiva interna e uma decorrente elevação da ociosidade, surge a tendência de diminuir o repasse de adicional de custos para os preços finais. Há que se verificar se o reajuste de tarifas será duradoura ou não. Pode ser que o próximo governo faça alterações.

A nova tabela com os valores mínimos do frete no território nacional corrige a primeira versão editada em 30 de maio (p.p.), para atender uma das exigências dos caminhoneiros. O cálculo da CNC considera apenas a última elevação na tabela do frete e não prevê novos aumentos até o fim de 2018. A atividade econômica do comércio representa a última etapa da cadeia produtiva, fazendo com que o custo seja cumulativo, ou seja, a mercadoria chega com preço mais elevado, em decorrência das etapas anteriores.

As despesas com a logística de mercadorias têm participação maior nos custos do comércio atacadista: 15,4%. O frete responde por 6% dos custos no varejo; no comércio automotivo o peso é de 5,1%. No comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes, o peso do transporte é 23% dos custos.

A CNC estima que as despesas com frete somaram R\$ 50,7 bilhões em 2017 considerando todas as empresas comerciais brasileiras, sendo R\$ 35 bilhões no comércio atacadista, R\$ 13,6 bilhões no varejista e R\$ 2,2 bilhões no automotivo. Mesmo que nenhum outro reajuste seja autorizado na Tabela em 2018, o impacto dos gastos adicionais com fretes corresponderá a um acréscimo final de 0,6% nas despesas totais do comércio em 2018, destaca a CNC.